

ATA DA 63ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CBH - MÉDIO PARAÍBA DO SUL, realizada no dia 05 de agosto de 2026 (quarta-feira), por meio de videoconferência, com início às 9:00, com a seguinte ordem do dia: **1. Abertura;** **2. Aprovação da pauta;** **3. Aprovação da ata da 62ª Reunião Plenária Ordinária (27/05/2026) e da ata da 29ª Reunião Extraordinária (13/05/2026);** **4. Aprovação da Resolução CBH-MPS nº XX/2026 que dispõe sobre a aprovação da alternativa de enquadramento dos corpos de águas superficiais da RH-III;** **5. Apresentação sobre a elaboração do PESH-RJ e atualização do PERHI-RJ – Helena Zuntini;** **6. Criação de RPPN – Eduardo Lardosa;** **7. Organização do Simpósio Água Boa;** **8. Definição de participação no ENCOB (stand e representantes do Comitê);** **9. Mentoria EA do INEA;** **10. Informe sobre editais e projetos em andamento** **11. Informe sobre o andamento das atividades: a) Câmaras Técnicas;** **b) Grupos de Trabalho;** **c) Representações;** **12. Assuntos Gerais;** **13. Encerramento.** **Item 1. Abertura;** A reunião teve início com uma saudação cordial da presidente do CBH-MPS, Caroline Teixeira (P. M. Quatis) e em seguida deu continuidade à leitura da pauta. **Item 2. Aprovação da pauta;** Denise Thomé solicitou a inclusão de um ponto de pauta referente ao Edital nº 003/25, relacionado ao Vale Verdejante, com o objetivo de avaliar alternativas para dar prosseguimento ao processo sem a necessidade de aguardar a manifestação do primeiro colocado. A solicitação foi submetida à apreciação e aprovada pela plenária, sendo o tema incluído como o oitavo item da pauta da reunião. **Item 3. Aprovação da ata da 61ª Reunião Plenária Ordinária (25/02/2026);** sem nenhuma objeção, a ata foi aprovada. **4. Aprovação da Resolução CBH MPS nº XX/2026 que dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2027-2030;** Roberta Abreu apresentou o Plano de Aplicação Plurianual (PAP), que define como serão aplicados os recursos da cobrança pelo uso da água no período de 2027 a 2030, tendo como base o Plano de Bacia aprovado em 2021 e dependendo de aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos até 30 de junho. Explicou que o plano reúne recursos já comprometidos até 2026, previsão de arrecadação futura, saldos remanescentes e rendimentos financeiros, totalizando R\$ 22.723.833,06, em conformidade com a Lei Estadual nº 10.017/2023, que exige a aplicação de pelo menos 20% dos recursos do saneamento em projetos de esgotamento sanitário. Informou que foram realizados remanejamentos de saldos de ações anteriores, direcionando valores para contrapartida do programa Pró tratar, infraestrutura verde, saneamento, comunicação e outras ações do Comitê, buscando melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Destacou que o PAP está estruturado em seis agendas temáticas, envolvendo gestão de recursos hídricos, monitoramento da qualidade e quantidade da água, saneamento urbano e rural, infraestrutura verde, produção de conhecimento técnico-científico e comunicação e educação ambiental, garantindo o alinhamento ao planejamento do Comitê. Esclareceu que a minuta de resolução que aprova o PAP será apreciada pela plenária e posteriormente encaminhada ao Conselho Estadual de

Recursos Hídricos, entrando em vigor somente após sua aprovação. Durante a discussão, Luís Felipe Cesar questionou se o orçamento previsto seria suficiente para as atividades institucionais, principalmente na Agenda 1, e como seriam feitos os ajustes entre as áreas. Geovane Andrade e Denise Celeste Godoy de Andrade Rodrigues explicaram que a falta de recursos neste ano é uma situação atípica, causada pela coincidência de grandes eventos do setor, e que a diretoria está priorizando a participação dos membros nesses encontros. Roberta Abreu informou que a regra atual não permite remanejamento entre programas diferentes, mas que o novo PAP traz mais flexibilidade dentro de cada Subagenda para ajustes futuros, embora isso não resolva a situação do ano atual. Luís Felipe Cesar afirmou que compreendeu as explicações e reconheceu que o novo planejamento ajuda a evitar os problemas orçamentários observados neste ano, reforçando o compromisso com a boa gestão dos recursos. Também foi discutida uma proposta de alteração no Artigo 3 da Resolução, sugerindo que decisões fossem encaminhadas para aprovação da plenária antes de execução. Durante o debate, foram apontadas preocupações quanto à viabilidade da proposta em situações de urgência. Foi colocada em votação nominal, obtendo 8 votos favoráveis, 6 votos contrários e 4 abstenções, não atingindo o quórum mínimo exigido de 10 votos, sendo, portanto, rejeitada. Ficou decidido então que as decisões seriam tomadas pela Diretoria e, caso não seja por unanimidade seria levado à plenária. Em seguida, o Plano de Aplicação Plurianual foi colocado em votação nominal e aprovado por todos os presentes, sendo declarado aprovado pela plenária.

5. Apresentação do consolidado sobre o enquadramento dos corpos hídricos da RH-III; Caio Henrique da Silva Santos apresentou o estudo de enquadramento dos corpos hídricos da bacia do Rio Paraíba do Sul, explicando que se trata de um instrumento previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997) e na Resolução CONAMA nº 357/2005, que estabelece metas de qualidade da água conforme os usos pretendidos pela sociedade. Informou que o enquadramento serve como referência para outorgas, apoio à gestão e redução de conflitos, sendo construído com base em análises técnicas, econômicas e participação social. Esclareceu que o processo envolveu etapas de diagnóstico, modelagem, cenários futuros e estimativa de custos, com definição das unidades de planejamento, sendo o Médio Paraíba do Sul enquadrado como Unidade de Planejamento 4. Apresentou que foram definidos 78 trechos de corpos hídricos na etapa técnico-propositiva, com classificação em cores para cada classe de enquadramento, sendo classe especial, classe 1, classe 2 e classe 4. Explicou que áreas de unidades de conservação de proteção integral, como o Parque Nacional de Itatiaia e o Revismep, foram enquadradas como classe especial em função da necessidade de maior proteção ambiental. Jaqueline de Souza Silvestre solicitou esclarecimentos sobre a localização dos trechos, citando o município de Barra do Piraí, sendo informado que a identificação está relacionada aos pontos de lançamento e que os arquivos técnicos em formato shapefile e KML podem ser disponibilizados para consulta. Denise Celeste

Godoy ponderou que o enquadramento do Revismep como classe especial podem necessitar de alinhamento com o plano de manejo da unidade, sendo sugerida articulação com a gestão responsável para melhor compatibilização das informações. Caio Henrique da Silva Santos informou que a proposta técnica será submetida à deliberação na próxima plenária e que haverá integração entre câmaras técnicas ambientais e a CT PRG para aprofundamento das discussões sobre as restrições da classe especial, com participação da gestão do Revismep. Luís Felipe Cesar destacou a necessidade de diferenciar unidades de conservação em áreas de cabeceira e na calha principal do rio, defendendo a aplicação de tecnologias de tratamento que permitam adequação ao enquadramento proposto. Caio Henrique da Silva Santos complementou que o processo exigirá monitoramento contínuo, instalação de novos pontos de controle e avaliações periódicas, com possibilidade de medidas corretivas, e que todos os documentos técnicos e arquivos de suporte serão disponibilizados à plenária. **6. Apresentação do ranking ambiental municipal;** Vinicius Azevedo apresentou as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação Geográfica (GT SIGA), em conjunto com o GT Monitoramento, destacando a disponibilização de um painel de dados no site do Comitê com informações históricas relacionadas ao monitoramento da qualidade da água, incluindo parâmetros como condutividade, oxigênio dissolvido, pH e temperatura. Informou ainda que está em desenvolvimento um sistema de monitoramento em tempo real para três pontos estratégicos localizados nas ETAs Toyota, Belmonte e Principal, permitindo o acompanhamento on-line dos dados captados pelas sondas instaladas. Na sequência, apresentou um diagnóstico voltado ao ranking ambiental dos municípios, elaborado com base no uso e cobertura do solo desde 1985, utilizando dados recortados para a Região Hidrográfica III (RH III). Explicou que o sistema considera indicadores relacionados à cobertura vegetal, pressão antrópica e estrutura da paisagem, com definição inicial de pesos que ainda serão debatidos e ajustados. Destacou que a ferramenta possibilita a consulta de mapas interativos, gráficos de evolução temporal por município e comparações entre localidades, contribuindo para a identificação de áreas que demandam maior atenção ambiental e subsidiando a formulação de políticas públicas pelo Comitê. Ao final, Vinicius Azevedo solicitou a participação dos membros da plenária no envio de sugestões para revisão dos pesos dos indicadores, informando que um formulário será encaminhado por Caio Henrique da Silva Santos e que as contribuições poderão ser enviadas no prazo de dez dias, sendo o material consolidado posteriormente apresentado durante o simpósio. **7. Organização do Simpósio Água Boa;** Roberta Abreu informou sobre a realização do Simpósio Água Boa, em comemoração ao aniversário do Comitê, previsto para ocorrer nos dias 10 e 11 de setembro, com o tema “Restaurar para abastecer: restauração florestal e segurança hídrica”. Explicou que o evento possui previsão de realização no SENAT de Barra Mansa, embora o local ainda esteja em definição, estando em análise outras possibilidades para sediar o encontro. Destacou que o simpósio

tem como objetivo reunir iniciativas de restauração florestal desenvolvidas por usuários, municípios e instituições, identificar áreas prioritárias para atuação e fortalecer parcerias voltadas à segurança hídrica e recuperação ambiental. Informou que a programação contará com palestras magnas, mesas-redondas, apresentações rápidas das instituições sobre ações desenvolvidas, além de uma exposição final apresentando o panorama da restauração florestal nos municípios da região, incentivando a construção de novas parcerias. Também foi informado que os três municípios com melhor desempenho no ranking ambiental terão espaço para apresentar, em formato breve, as ações que contribuíram para seus resultados. Ao final, Thiago Guedes recomendou que os participantes mantenham nas reuniões on-line o mesmo comprometimento, pontualidade e organização esperados em encontros presenciais, a fim de reduzir ruídos de comunicação e garantir maior eficiência nas atividades do Comitê.

8. Edital de reflorestamento; Denise Thomé, representando o Vale Verdejante, relatou dificuldades no andamento do cronograma de ações da instituição em razão da necessidade de aguardar o desdobramento do primeiro colocado do Edital nº 03/2025 para liberação dos recursos, solicitando apoio do Comitê para encontrar uma alternativa que permita o avanço das metas previstas. Roberta Abreu esclareceu que o edital segue uma ordem de classificação já estabelecida, o que impede a liberação de recursos ao segundo colocado antes da definição do valor e execução do projeto do primeiro colocado, informando que a situação já se encontra sob análise jurídica, uma vez que o edital não prevê mecanismo para alteração da hierarquia definida. Durante a discussão, Luís Felipe Cesar manifestou apoio à demanda apresentada e sugeriu que o Comitê busque, junto à AGEVAP, uma solução institucional para evitar prejuízos ao cronograma da entidade classificada em segundo lugar, considerando que a demora do primeiro colocado acaba impactando o andamento das ações mesmo sem conflito direto de recursos. Denise Thomé informou possuir documento detalhando a situação enfrentada e reforçou a necessidade de uma solução com maior celeridade. Jaqueline de Souza Silvestre destacou a importância de discutir também o andamento do edital junto à instituição classificada em primeiro lugar, a Prefeitura de Levy Gasparian. Luís Felipe Cesar sugeriu ainda a possibilidade de elaboração de uma moção de apoio, contudo, Geovane Andrade, Caroline Teixeira Lopes e Roberta Abreu ressaltaram que o edital foi aprovado pela própria plenária, tornando mais complexa qualquer alteração nas regras durante a execução do processo. A Secretaria do Comitê informou que o jurídico segue avaliando o caso e solicitou que Denise Thomé encaminhe o documento já elaborado para complementar a análise. Ao final, Markus Budzynkz, manifestou concordância quanto à necessidade de maior agilidade na avaliação jurídica e reforçou a importância da formalização da demanda apresentada pela instituição classificada em segundo lugar, ficando o tema pendente de retorno após manifestação do setor jurídico.

9. Informe sobre editais e projetos em andamento; 10. Informe sobre o andamento das atividades; Caio Henrique da Silva Santos apresentou os

produtos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho do Sistema de Informações Gerenciais das Águas, destacando que o painel de monitoramento já se encontra disponível no site do Comitê, informando ainda que um vídeo explicativo será disponibilizado para auxiliar no acesso e utilização da ferramenta. Relatou que seguem em andamento as atividades relacionadas ao ranking de diagnóstico do uso e cobertura do solo, bem como a conclusão da etapa técnico-propositiva do enquadramento dos corpos hídricos. Informou que o Comitê realiza campanhas trimestrais de monitoramento desde 2023, com os respectivos relatórios disponibilizados no portal institucional, e apresentou a conclusão de um ciclo de dois anos de monitoramento em área considerada crítica entre Resende e Volta Redonda, envolvendo 11 pontos de amostragem executados em parceria com a Agência Estadual de Energia e laboratórios da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Esclareceu que as unidades de monitoramento remoto localizadas em Volta Redonda se encontram em funcionamento, enquanto as estações de Resende e Paraíba do Sul aguardam manutenção. Na sequência, atualizou o andamento dos projetos de saneamento contratados pelo Comitê, informando que as obras em Quatis, Porto Real, Mendes e Volta Redonda encontram-se em fase de finalização, ao passo que as intervenções em Rio das Flores (Lote 2), Barra do Piraí e Itatiaia já foram concluídas. Em relação ao saneamento rural, informou a previsão de atendimento de 144 domicílios na primeira etapa do projeto Sanear, contando com participação das equipes do Comitê Guandu e do Comitê da Baía da Guanabara. Comunicou ainda que o Comitê está em processo de contratação de empresa para realização de mentorias relacionadas aos Planos Municipais da Mata Atlântica, sendo posteriormente encaminhadas minutas de acordos de cooperação técnica aos municípios participantes. Sobre o edital de reflorestamento, informou que, dos seis projetos classificados, os três primeiros já apresentaram seus projetos, embora ainda não tenham ocorrido aprovação final ou liberação de recursos. Também relatou a contratação de empresa responsável pela atualização do Atlas e elaboração de sua segunda edição, esclarecendo que os produtos relacionados ao plano de trabalho e à atualização da primeira edição já foram entregues para avaliação da Secretaria e serão posteriormente encaminhados à Câmara Técnica. Destacou ainda que o projeto “Agente das Águas”, desenvolvido em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, permanece com inscrições abertas para multiplicadores nos municípios de Resende e Itatiaia. Informou, por fim, que o projeto de placas de identificação relacionadas a rios, prevenção de queimadas e hidrografia encontra-se com cerca de 95% das artes concluídas, estando a fase de contratação para confecção em andamento.

10. Informe sobre o andamento das atividades: a) Câmaras Técnicas; b) Grupos de Trabalho; c) Representações; Markus Budzynkz, representante da Câmara Técnica de Planejamento, Gestão e Legislação, informou que a minuta apreciada foi aprovada por unanimidade, destacando, contudo, a recorrente dificuldade para obtenção de quórum nas reuniões e reforçando a necessidade de maior mobilização para ampliar a participação dos membros. Ana Maria Ferreira Lopes,

representante da Câmara Técnica de Educação Ambiental, também ressaltou a importância do envolvimento de novos participantes, buscando evitar a concentração das atividades entre poucos integrantes. Na sequência, Caio Henrique da Silva Santos reforçou as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Monitoramento, com destaque para a elaboração dos relatórios trimestrais e para a parceria firmada com a Agência Estadual de Energia nas atividades de acompanhamento técnico. Caroline Teixeira Lopes informou que o Grupo de Trabalho do Contrato de Gestão realizou sua reunião anual destinada à análise das metas e respectivas pontuações, esclarecendo que os encaminhamentos já haviam sido concluídos e enviados. Durante os informes, Markus Budzynkz e Luís Felipe Cesar discutiram a participação dos representantes do Comitê nas reuniões dos comitês dos blocos 1, 2 e 3, realizadas no edifício São Borja, ocasião em que Luís Felipe Cesar informou sua desistência da titularidade em razão da indisponibilidade de tempo, sendo manifestado por Denise Celeste Godoy de Andrade Rodrigues interesse em compor a representação juntamente com Markus Budzynkz. Por fim, Nelson Reis apresentou informes sobre a atuação da bancada da sociedade civil no conselho, destacando a participação no Inter conselhos e na Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, enquanto Marcos compartilhou sua participação na conferência estadual relacionada ao tema e em etapas livres vinculadas à pauta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **11. Assuntos Gerais;** Geovane Andrade esclareceu que o Comitê adotou medidas de contenção de despesas, reduzindo a participação em representações externas e priorizando a realização de reuniões remotas em substituição aos encontros presenciais, com o objetivo de otimizar recursos financeiros. Informou que a medida busca garantir maior disponibilidade orçamentária para participação ampliada dos membros em eventos previstos para o final do ano, como o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Simpósio Água Boa. Ao final, Markus Budzynkz registrou a passagem do Dia Nacional da Mata Atlântica, reforçando a importância das ações de preservação, recuperação e restauração das áreas relacionadas ao bioma. **12. Encerramento;** Após a conclusão dos assuntos em pauta, a reunião foi encerrada pelo Vice-Presidente Geovane Andrade (P.M. Porto Real) que agradeceu a paciência e participação de todos. A presente ata foi redigida por Amanda Vitoria, Estagiária Administrativa, e após ser aprovada, foi assinada pelo Presidente.

Volta Redonda, 01 de junho de 2026.

Caroline Teixeira Lopes
Presidente

0

Encaminhamentos:

Lista de Presença:

Membros representantes do Poder Públicos: Paulo Cesar Ferreira da Silva (INEA); Caroline Teixeira Lopes (P.M. de Quatis); Ana Caroline da Silva Alves (P.M. Paraíba do Sul); Geovane Andrade (P.M. Porto Real); Zélia de Souza Pereira Raguzzoni (P.M. Mendes); Vinicius Cardoso Vieira (P.M. Barra Mansa); Miryelle de Souza (P.M. Piraí); Ana Maria Ferreira Lopes (P.M. Rio das Flores); Francinne Pimentel (P.M. Pinheiral); Andrei Alves Guedes (P.M. Miguel Pereira).

Membros representantes dos Usuários: Thiago Guedes de Freitas (Águas das Agulhas Negras); Vera Lúcia Teixeira (SAAE-BM); Jane da Silva Faria Soares (SAAE-VR); Milton Nazareno Ramos Neves (LIGHT ENERGIA); Daniella Cristina Batista (ArcelorMittal), Marcelo Silva Riccó (CSN).

Membros representantes da Sociedade Civil: João Fernandes Lisboa Neto (APEDEMA-RJ); Vera de Fátima Martins (ACAMPAR-RJ); Markus S. W. Budzynkz (ADEFIMPA-RJ); Yurhii Steinmetz Stephan (ADEFIMPA-RJ); Denise Celeste Godoy De Andrade Rodrigues (UERJ); Nelson Rodrigues dos Reis Filho (OMA BRASIL); Maria do Carmo Silva (IBDA); Vinicius de Azevedo Silva (Associação Aliança Tropical de Pesquisa da Água - TWRA) e Luis Felipe Cruz Lenz Cesar (Crescente Fértil).

Ausência Justificada:

Lista de presença de convidados:

Lista de presença de equipe: Roberta Abreu; Anaele Rezende; Caio Santos; e Amanda Souza (AGEVAP).